



Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS, ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades
do Brasil na Era Digital

29 de julho a 02 de agosto de 2024 | UERJ - Rio de Janeiro

GT5 Qualidade institucional dos processos e produtos

Raquel Correa
Renata Curi





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Coordenadoras



RAQUEL ROSE CORREIA

Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística /
Diretoria de Pesquisas -
IBGE/DPE

- Bacharel em Genética, Licenciada em Ciências Biológicas, Mestre e Doutora em Ciências Biológicas - Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

- Atualmente é gerente de qualidade estatística (GQE) na Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ) da Diretoria de Pesquisas (DPE), onde atua desde 2016.



RENATA CURI DE MOURA ESTEVÃO NAGATOMI

Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística /
Diretoria de Geociências -
IBGE/DGC

- Mestre em População Território e Estatísticas Públicas (ENCE), Eng. Cartógrafa (UERJ), pós-graduada em Avaliação e Análise Ambiental (PUC-RIO). Entrou no IBGE em 2002.

- Trabalhou na Cartografia com modelagem, produção e controle de qualidade de BD geográficas. Na CONCAR, contribuiu na norma ET-EDGV e no comitê de Nomes Geográficos.

- Assistente Técnica da Coordenação de Geomática, representa a DGC nos comitês de Sigilo e LGPD.





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Convidados



VAGNER ARDEO

Vice-diretor do Instituto
Brasileiro de Economia -
IBRE da Fundação Getúlio
Vargas - FGV

- Possui graduação em Engenharia Aeronáutica pelo ITA (1983), e mestrado em Economia Matemática pelo IMPA (1990). Iniciou sua carreira no IPEA em 1984.
- Foi membro da equipe do governo brasileiro que em 1992 renegotiou a dívida externa do país (Plano Brady). No período 1993-6, ocupou a subsecretaria municipal de fazenda da cidade do Rio de Janeiro.
- Exerceu cargos executivos em empresas privadas, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Em 2002-3 foi secretário-executivo da ANATEL.
- Desde Junho de 2004 é vice-diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE).



CARLOS TORRES FREIRE

Diretor do Centro de Ciência
de Dados para Estatísticas
Públicas, da Fundação
Seade - Sistema Estadual de
Análise de Dados.

- Diretor do Centro de Ciência de Dados para Estatísticas Públicas, da Fundação Seade, agência de estatísticas do Estado SP, onde foi Diretor de Produção e Análise de Dados (2019-2024).
- Tem 20 anos de experiência em pesquisa e coordenação de projetos em Políticas Públicas e Tecnologia, em governos e instituições como o Cebrap, onde foi Diretor Científico (2015-2019).
- É Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade de SP (USP).





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Objetivo Geral

Recomendar princípios e preceitos de qualidade que devem ser seguidos pelas instituições e organizações constituintes do SINGED e nas relações com os usuários.





Objetivos Específicos

Analisar o ambiente nacional frente a possibilidade de adesão ao SINGED seguindo princípios e preceitos de qualidade.

Debater a viabilidade e os impedimentos de observância dos princípios e preceitos preconizados:

- ✓ na Declaração de Princípios Orientadores Compartilhados para a Gestão de Informações Geoespaciais,
- ✓ nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e
- ✓ no Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE.

Analisar a viabilidade de adoção de instrumentos tais como a declarações ou certificações de qualidade.

Propor alternativas como recomendação.





Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS, ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades
do Brasil na Era Digital

29 de julho a 02 de agosto de 2024 | UERJ - Rio de Janeiro

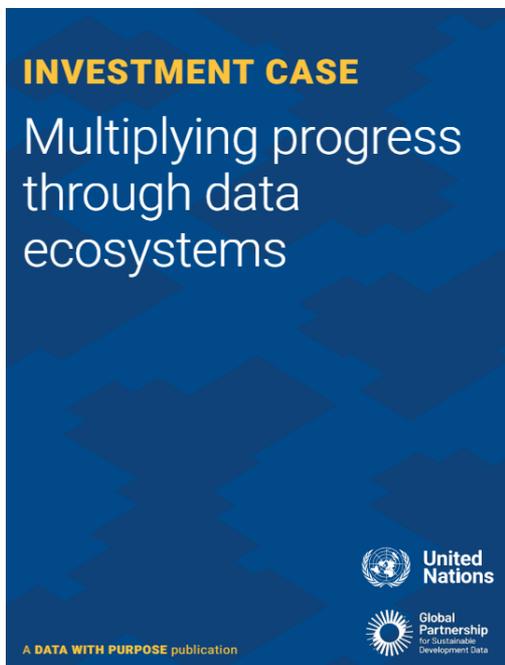
A governança do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados

Renata Curi de Moura Estevão Nagatomi





Porque um SINGED? Porque agora?



Institucionais: dados públicos apoiam a **decisões baseadas em evidências**, aumentando força e credibilidade do setor



Social: os dados podem **salvar vidas, aumentando a eficácia de programas** de saúde e educação



Ambiental: os dados esclarecem impactos e reforçam possíveis **soluções para o desenvolvimento sustentável**



Econômico: os dados **criam valor real** (retorno médio de US\$ 32 para cada 1), através de produtividade e eficiência



Maximização do valor dos dados e informações, **considerados como ativos** na contemporaneidade, que vivencia **um novo ecossistema e requer regras e padrões comuns, além de uma configuração institucional para a sua governança.**





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

A governança do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED)

Porque pensar em governança?

tendência

resiliência

riscos

equidade



eficiência

accountability

integridade

práticas



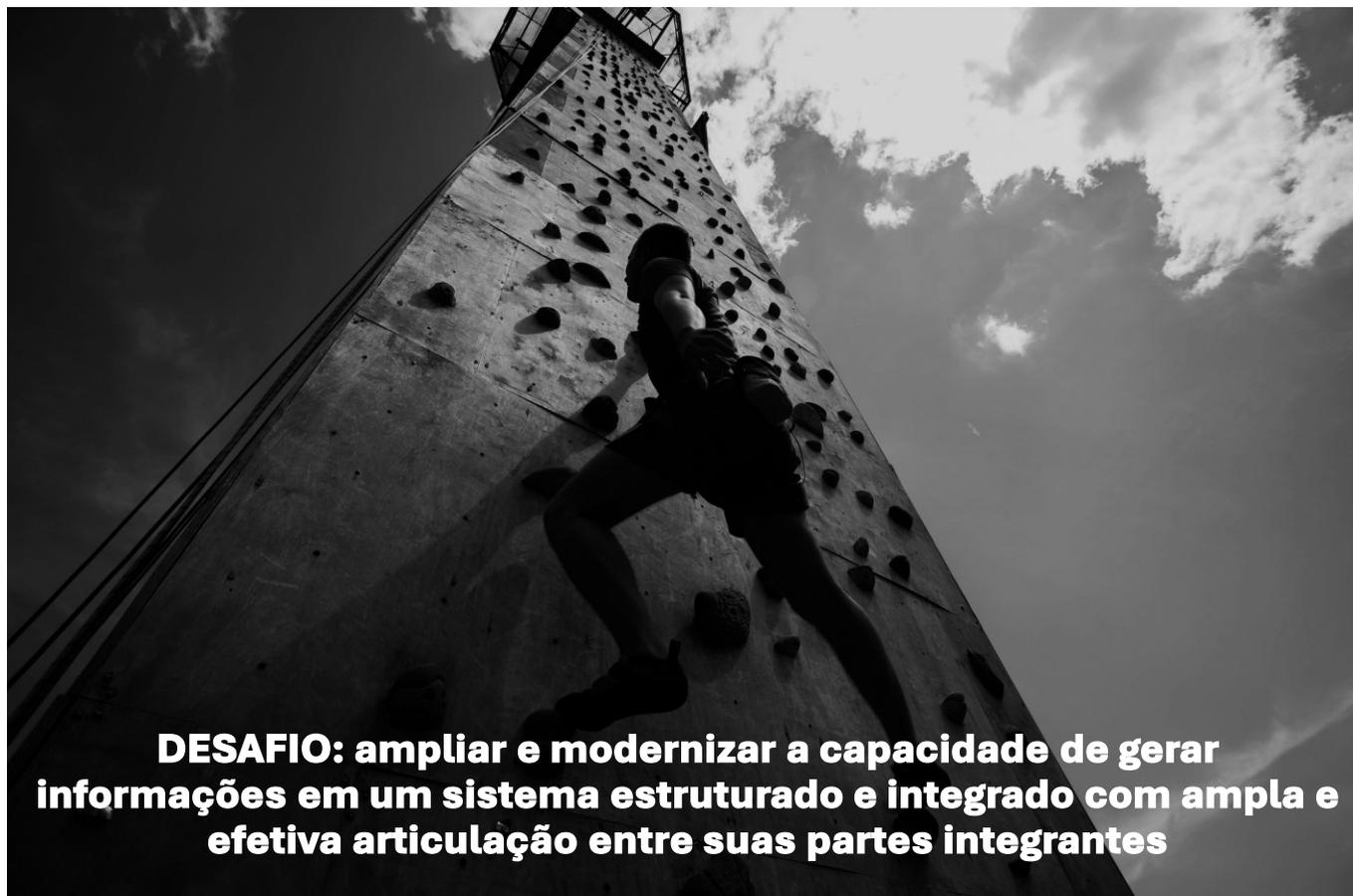


Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

A governança do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED)

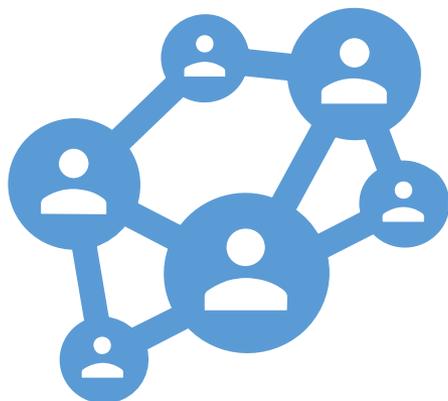


DESAFIO: ampliar e modernizar a capacidade de gerar informações em um sistema estruturado e integrado com ampla e efetiva articulação entre suas partes integrantes





Benefícios do SINGED



Alianças

Arranjo cooperativo que propicia **intercâmbio mútuo** e benéfico de tecnologias, conhecimentos e produtos, além de criar valor para a rede estabelecida através da sinergia e combinação de recursos.

- **Facilitação de troca e acesso aos dados** e informações componentes do Sistema, sempre preservando o sigilo;
- **Análise de qualidade e consistência** dos dados, proposta de plano de melhoria, **tratamento estatístico** e depuração de variáveis;
- **Treinamentos** oferecidos pelo IBGE e demais componentes aos seus parceiros de forma a **garantir o laço através da promoção de capacidades técnicas**;
- Etc.



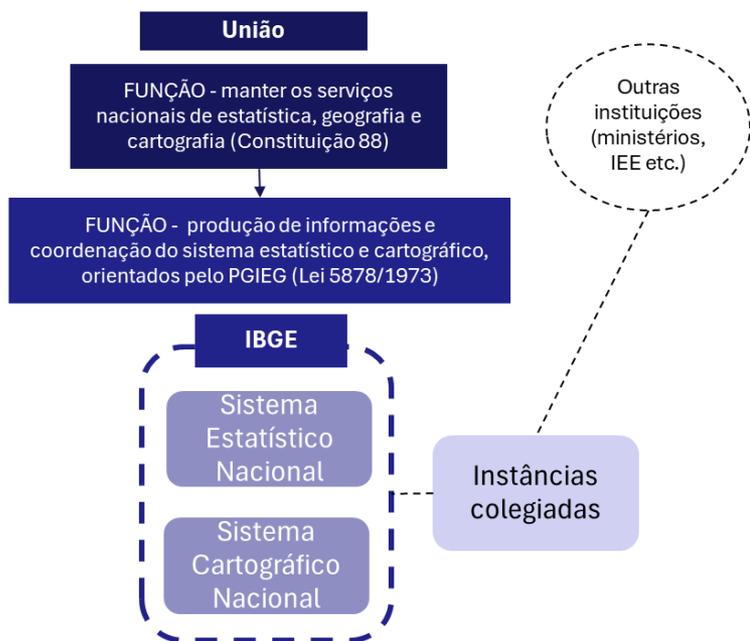
Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

A governança do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED)

Cenário atual da produção de informações (IBGE)



COMPOSIÇÃO

Estatístico: todos os órgãos e entidades que exerçam atividades estatísticas (Lei 6183/1974)

Cartográfico: entidades nacionais que tenham atribuição principal de executar trabalhos cartográficos (Decreto-Lei 243/1967)





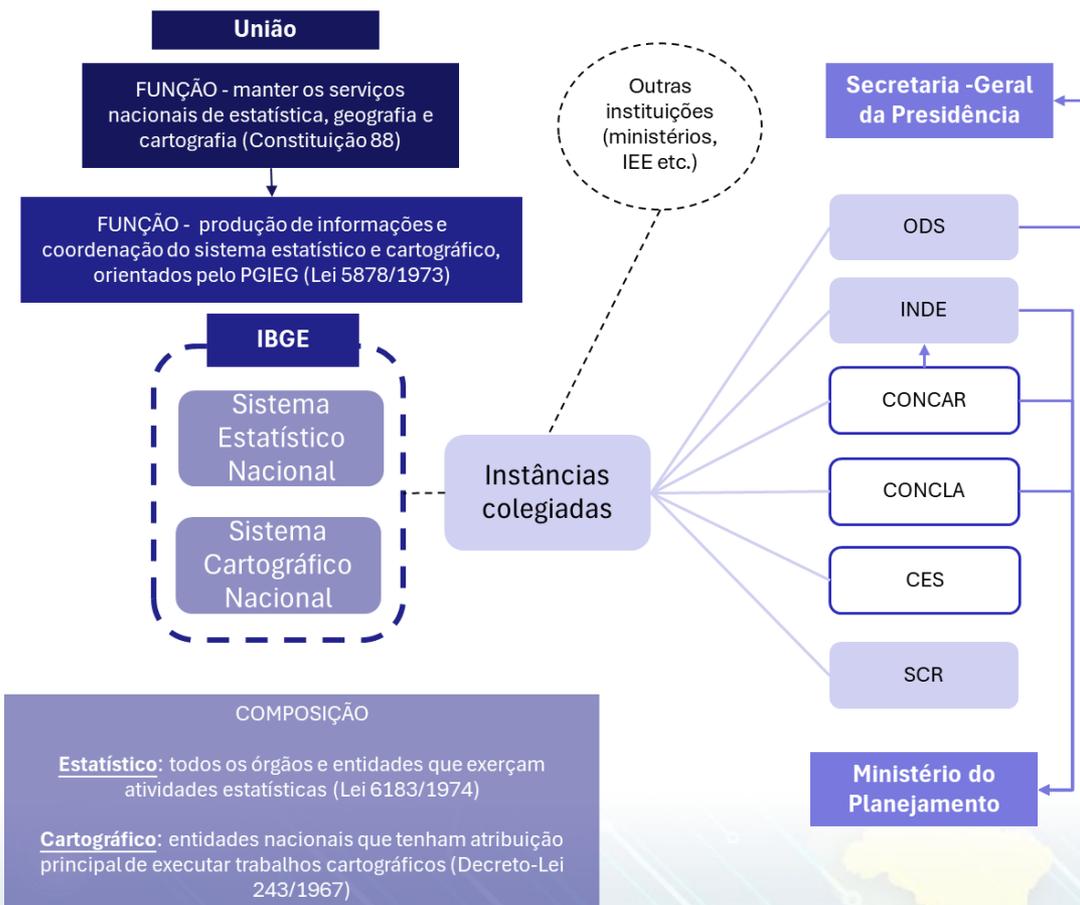
Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

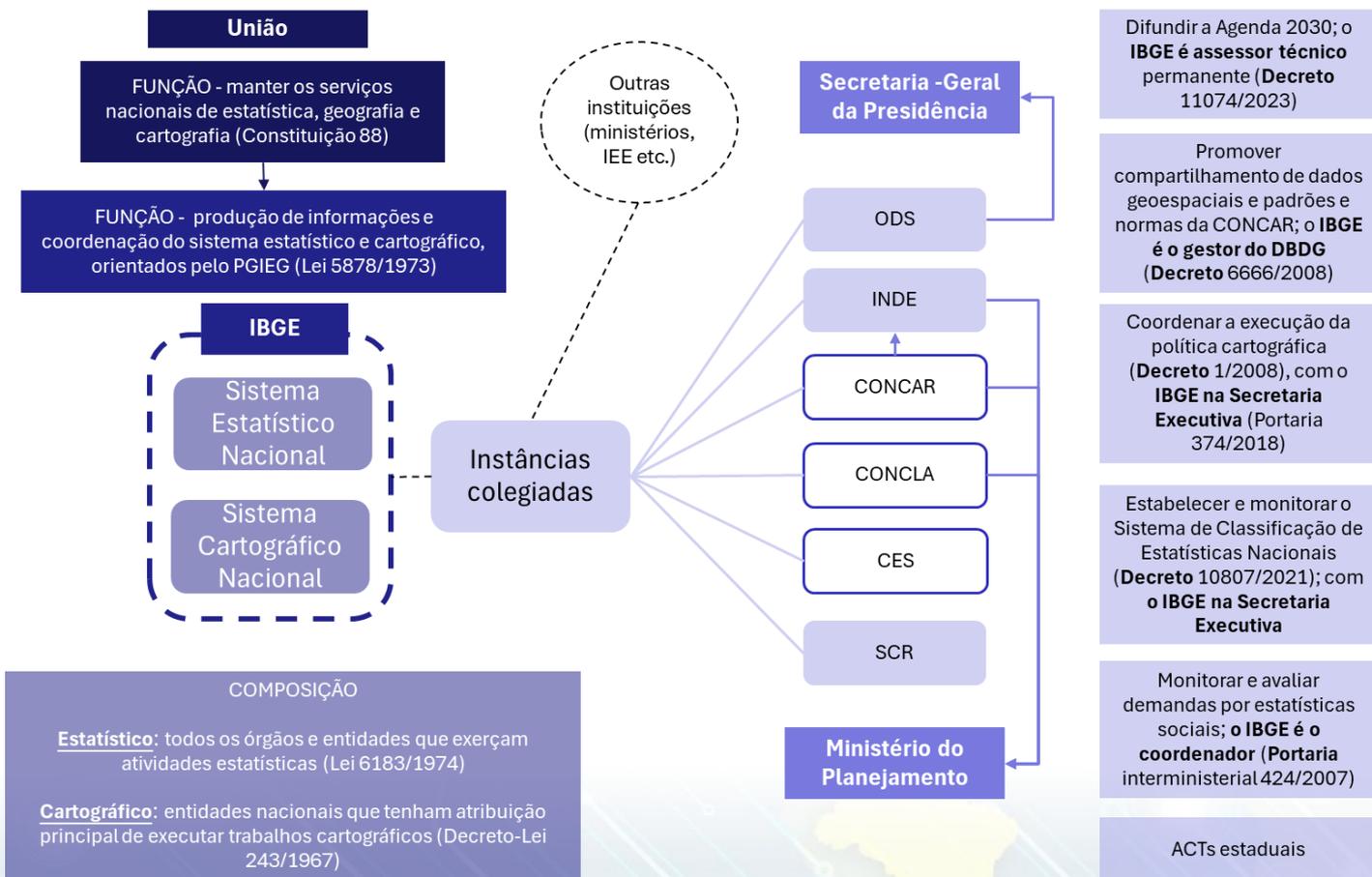
A governança do Sistema Nacional de Geociências, Estatísticas e Dados (SINGED)

Cenário atual da produção de informações (IBGE)





Cenário atual da produção de informações (IBGE)



- Difundir a Agenda 2030; o **IBGE é assessor técnico permanente (Decreto 11074/2023)**
- Promover compartilhamento de dados geospaciais e padrões e normas da CONCAR; o **IBGE é o gestor do DBDG (Decreto 6666/2008)**
- Coordenar a execução da política cartográfica (**Decreto 1/2008**), com o **IBGE na Secretaria Executiva (Portaria 374/2018)**
- Estabelecer e monitorar o Sistema de Classificação de Estatísticas Nacionais (**Decreto 10807/2021**); com o **IBGE na Secretaria Executiva**
- Monitorar e avaliar demandas por estatísticas sociais; o **IBGE é o coordenador (Portaria interministerial 424/2007)**
- ACTs estaduais





Nossos achados em estudos de casos

A **Estratégia Nacional** do Sistema deve definir **objetivos, metas e indicadores** de acompanhamento e **programa** de produção de **informação**, alinhado às prioridades do país e/ou ciclo de políticas públicas [**Conselho Superior Deliberativo**].

O **Conselho Consultivo Nacional** (nível estratégico composto por usuários, para direcionamento), com a função de assegurar a priorização do Programa adequada às necessidades nacionais.

Colegiados Executivos Nacionais (nível tático, composto por produtores, para coordenar as ações), com função de organizar a atividade e estabelecer regras/normas/padrões.

Colegiados Técnicos Especializados (nível operacional, composto por produtores), com função de produzir informações e promover o conhecimento das boas práticas entre produtores.

Autoridade Estatística e de Geoinformação para exercer a função de guardião dos dados de interesse nacional e de estabelecer certificação.

Definição formal de **papéis e responsabilidades dos componentes do Sistema**, e promoção da cooperação e vínculo entre eles.

Modelo descentralizado para participação no Sistema, de modo a promover a autonomia dos entes, como mantenedor de suas bases de dados

Código de práticas com protocolos de classificação, padronização, gerenciamento e compartilhamento de dados, regidos pela princípio da colaboração harmônica





Algumas questões para reflexão e decisão

Quem são as **partes componentes do SINGED**? IBGE e demais produtores oficiais? Ou também informantes e provedores de registros administrativos?

Quem será o **dirigente máximo do SINGED**? O INE ou um Conselho Superior (deliberativo)? Qual composição, número de membros, tempo de mandato? Os instrumentos de execução seriam planos plurianuais (4, 5 anos?) e/ou anuais? Qual(is) ator(es) seria(m) responsável(is) por sua elaboração?

Haverá um **Conselho Consultivo**? Como será composto? Número de membros, tempo de mandato? Papel ideal do IBGE (presidente, *ex officio*)? Funções?

Será composto um **Comitê de Coordenação**? O IBGE irá presidi-lo? Funções, além do Código de Práticas? E subcomitês temáticos?

Quais serão os **outros órgãos consultivos e/ou resolutivos**?

Os programas: plurianuais (4, 5 anos?) e/ou anuais? Parecer do Conselho Consultivo? Aprovado ou apreciado pelo governo?

Haverá um papel destacado de **Autoridade**?





Conferência Nacional dos Agentes Produtores e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS, ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades
do Brasil na Era Digital

29 de julho a 02 de agosto de 2024 | UERJ - Rio de Janeiro

Qualidade institucional dos processos e produtos

Raquel Correa
Renata Curi





Inovação

- Promoção geoespacial
- Colaboração e coordenação
- Desenvolvimento contínuo e reconhecimento do trabalho
- Agilidade e adaptabilidade
- Dados abertos

Governança

- Uso de padrões geoespaciais e adesão à eles
- Propriedade e responsabilidade
- Transparência
- Respeito e confidencialidade
- Padrões de serviço
- Estrutura institucional
- Expertise
- Cooperação e harmonização internacionais

Conformidade

- Soberania dos Estados-Membros
- Respeito à lei

Princípios GGIM

Em setembro de 2015 foi publicada a **Declaração de Princípios Compartilhados que Orientam a Gestão da Informação Geoespacial** pelo GGIM.

[statement of shared guiding principles \(un.org\)](https://www.un.org/development/desa/geospatial/ggim-statement)





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

O que é o UN-GGIM?

United Nations Committee of Experts on Global Geospatial Information Management (UN-GGIM)

Comitê de Especialistas em Gestão Global de Informações Geoespaciais (UN-GGIM)

Estabelecido para fornecer a **liderança** para garantir que as **informações geoespaciais** sejam:

- ✓ coordenadas,
- ✓ mantidas,
- ✓ acessíveis e
- ✓ possam ser aproveitadas pelos Estados Membros e pela sociedade

para encontrar soluções sustentáveis para questões

sociais, econômicas e ambientais.





Para que o UN-GGIM?

O comitê é um **fórum** para **coordenação** e **diálogo** com e entre os Estados Membros e organizações internacionais relevantes

- ✓ sobre a **cooperação** reforçada no campo da **gestão de informações geoespaciais globais**
- ✓ para a realização de suas operações com foco:
 - nos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e
 - no **Quadro Integrado de Informação Geoespacial das Nações Unidas (UN-IGIF)**,
- ✓ para fortalecer e garantir sua eficácia contínua e benefícios para todos os Estados Membros.





Estrutura do GGIM

O **UN-GGIM** é uma estrutura dentro da **Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD)**. É formada por **8** grupos funcionais, **5** Comitês Regionais e **4** redes temáticas.

Grupos Funcionais	Comitês Regionais	Redes Temáticas
High-level Group of the Integrated Geospatial Information Framework	Ásia e Pacífico	Sociedades Geoespaciais
Subcommittee on Geodesy (formerly WG on Global Geodetic Reference Frame)	Américas	Rede Acadêmica
Expert Group on the Integration of Statistical and Geospatial Information (EG-ISGI)	Estados Árabes	Rede do Setor Privado
Expert Group on Land Administration and Management	Europa	Rede Geoespacial das Nações Unidas
Working Group on Geospatial Information and Services for Disasters	África	
Working Group on Policy and Legal Frameworks for Geospatial Information Management		
Working Group on Marine Geospatial Information		
Working Group on Geospatial Information (IAEG-SDGs)		





Grupo de Especialistas em Integração da Informação Estatística e Geoespacial (EG-ISGI)

- Os **co-presidentes** (co-chairs) do EG-ISGI para o período 2022/2024 são o **Brasil** e a **Irlanda**;
- O principal documento e marco do grupo é o **Quadro Geoespacial Estatístico Global** (*Global Statistical Geospatial Framework – GSGF*);
- O **EG-ISGI** reporta tanto à **Comissão de Estatística** quanto ao **UN-GGIM**;
- As principais ações são **expandir o IGIF** para a comunidade estatística, **revisar o GSGF** e construir uma ferramenta de avaliação de capacidade do GSGF.
- Os principais desafios são sustentabilidade financeira pro EG-ISGI e **disseminar o GSGF**.





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

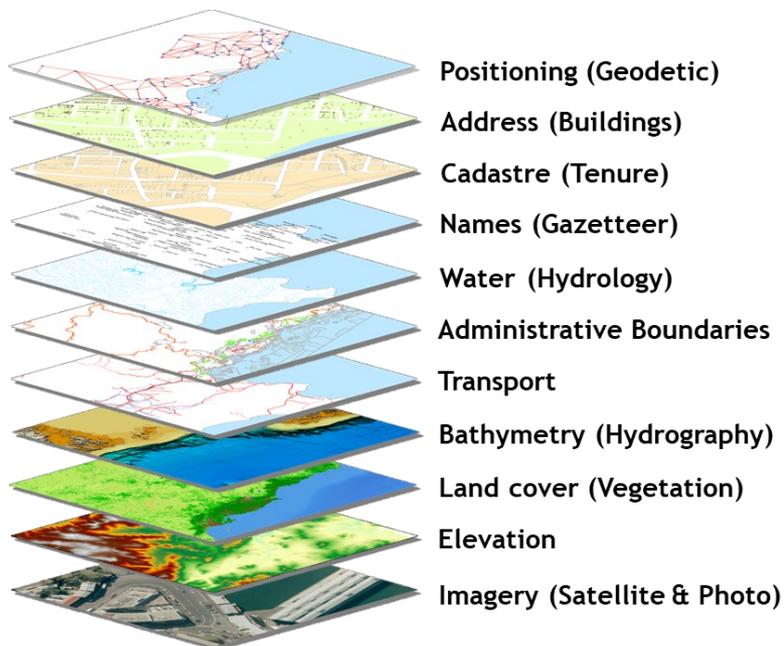
Visão do EG-ISGI

A localização como elo entre a sociedade, a economia e o meio ambiente





Algumas vantagens da integração de dados



As informações estatísticas e geoespaciais de diferentes fontes podem ser analisadas conjuntamente, melhorando a compreensão dos fenômenos estudados.



Global Statistical Geospatial Framework (GSGF) Quadro geoespacial estatístico global



Os cinco Princípios do GSGF delineiam processos gerais pelos quais um conjunto de infraestruturas e processos geoespaciais e estatísticos são aplicados aos dados de entrada para permitir a integração.





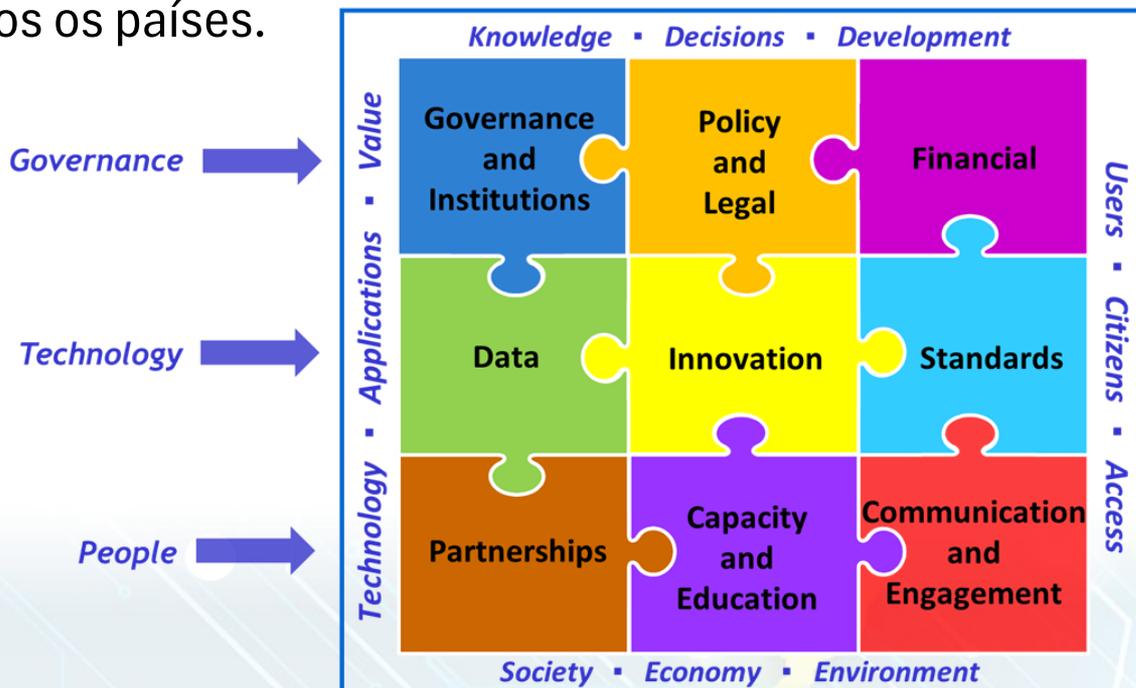
Quadro Geoespacial-Estatístico Global das entradas às saídas





Integrated Geospatial Information Framework (UN-IGIF), Quadro Integrado de Informações Geoespaciais das Nações Unidas (UN-IGIF)

Documento que fornece uma base e um guia para desenvolver, integrar, fortalecer e maximizar a gestão de informações geoespaciais e recursos relacionados em todos os países.





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Importância da Qualidade na Produção de Estatísticas



**RAQUEL ROSE
CORREIA**

**Instituto Brasileiro de
Geografia e Estatística /
Diretoria de Pesquisas -
IBGE/DPE**

- **Bacharel em Genética, Licenciada em Ciências Biológicas, Mestre e Doutora em Ciências Biológicas - Biofísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).**
- **Atualmente é gerente de qualidade estatística (GQE) na Coordenação de Métodos e Qualidade (COMEQ) da Diretoria de Pesquisas (DPE), onde atua desde 2016.**





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Importância da Qualidade na Produção de Estatísticas

As estatísticas desempenham um papel fundamental em um mundo cada vez mais orientado por dados.

São essenciais para:

- Informar políticas públicas
- Orientar decisões empresariais
- Apoiar a investigação científica
- Influenciar a vida cotidiana





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Importância da Qualidade na Produção de Estatísticas

Conforme o Quadro Nacional de Garantia de Qualidade das Nações Unidas (UN-NQAF):

"Qualidade" é o grau em que um conjunto de características inerentes de um objeto cumpre os requisitos.

No contexto das organizações estatísticas, aplica-se:

- ao produto estatístico
- ao processo de produção
- ao ambiente institucional
- a todo o sistema estatístico





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da ONU

A necessidade de princípios para governar as estatísticas oficiais surgiu no final dos anos 80.

1994: Adoção pela Comissão Estatística das Nações Unidas.

Essenciais para garantir a **qualidade** e a **confiabilidade** das estatísticas oficiais.

Fundamentais para a **governança** e a **credibilidade** dos sistemas estatísticos nacionais.





Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da ONU

Os Princípios Fundamentais servem como um **decálogo** estatístico

1. Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso
2. Padrões profissionais e ética
3. Responsabilidade e transparência
4. Prevenção do mau uso dos dados
5. Eficiência
6. Confidencialidade
7. Legislação
8. Coordenação nacional
9. Uso de padrões internacionais
10. Cooperação internacional





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE

O CBP atua como um **detalhamento** dos Princípios Fundamentais.

Adotado em 2013 e revisado em 2021.

Pedra angular da qualidade nas estatísticas produzidas no IBGE.

Alinha-se com os padrões internacionais e regionais de boas práticas estatísticas.





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE

Compreende três seções principais:

Ambiente e coordenação institucional

Processos estatísticos

Produtos estatísticos

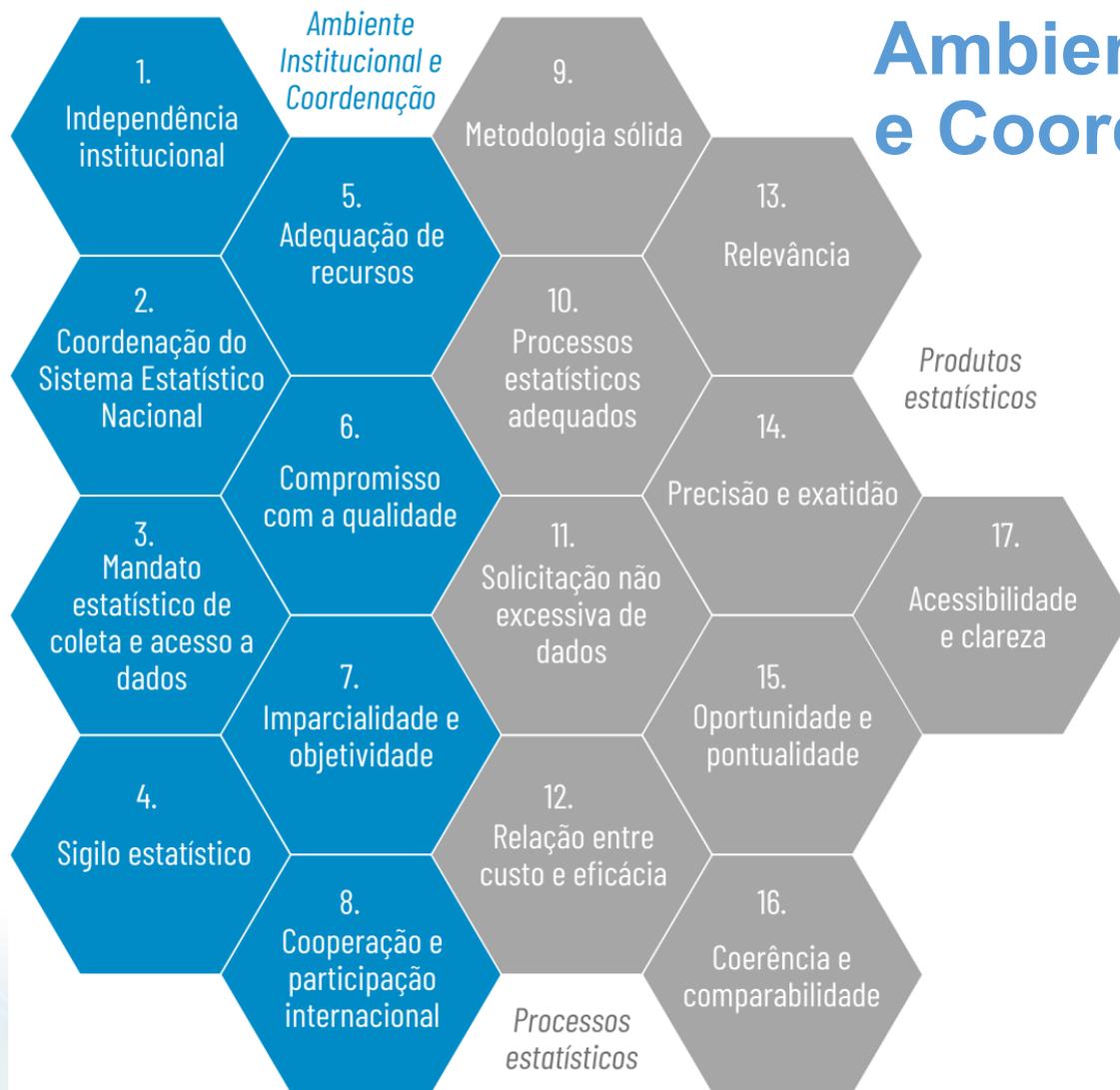
Para cada princípio do CBP, existem **boas práticas** específicas.

Estas boas práticas garantem a implementação dos princípios de qualidade.





Qualidade institucional de processos e produtos

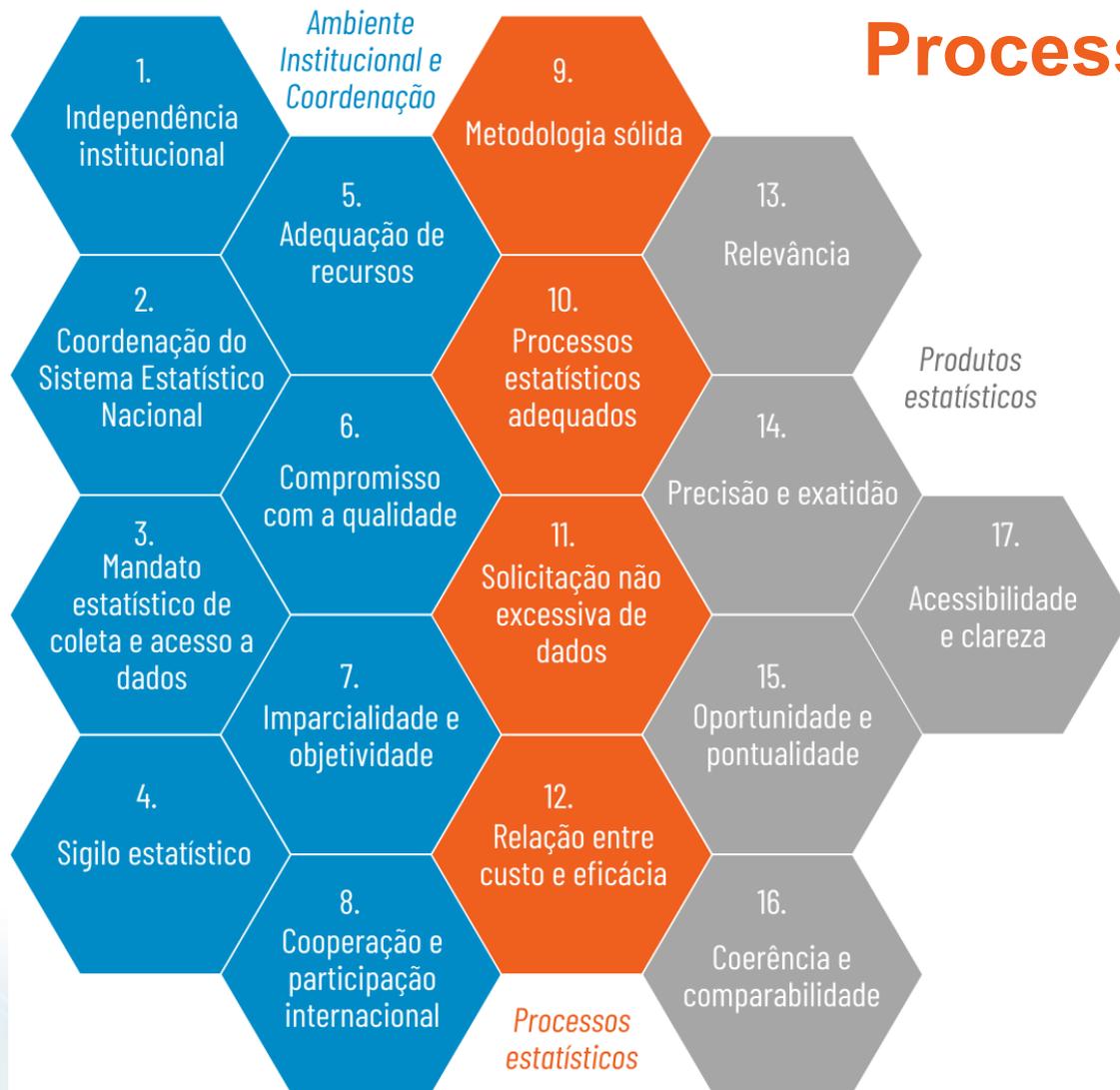


Ambiente institucional e Coordenação





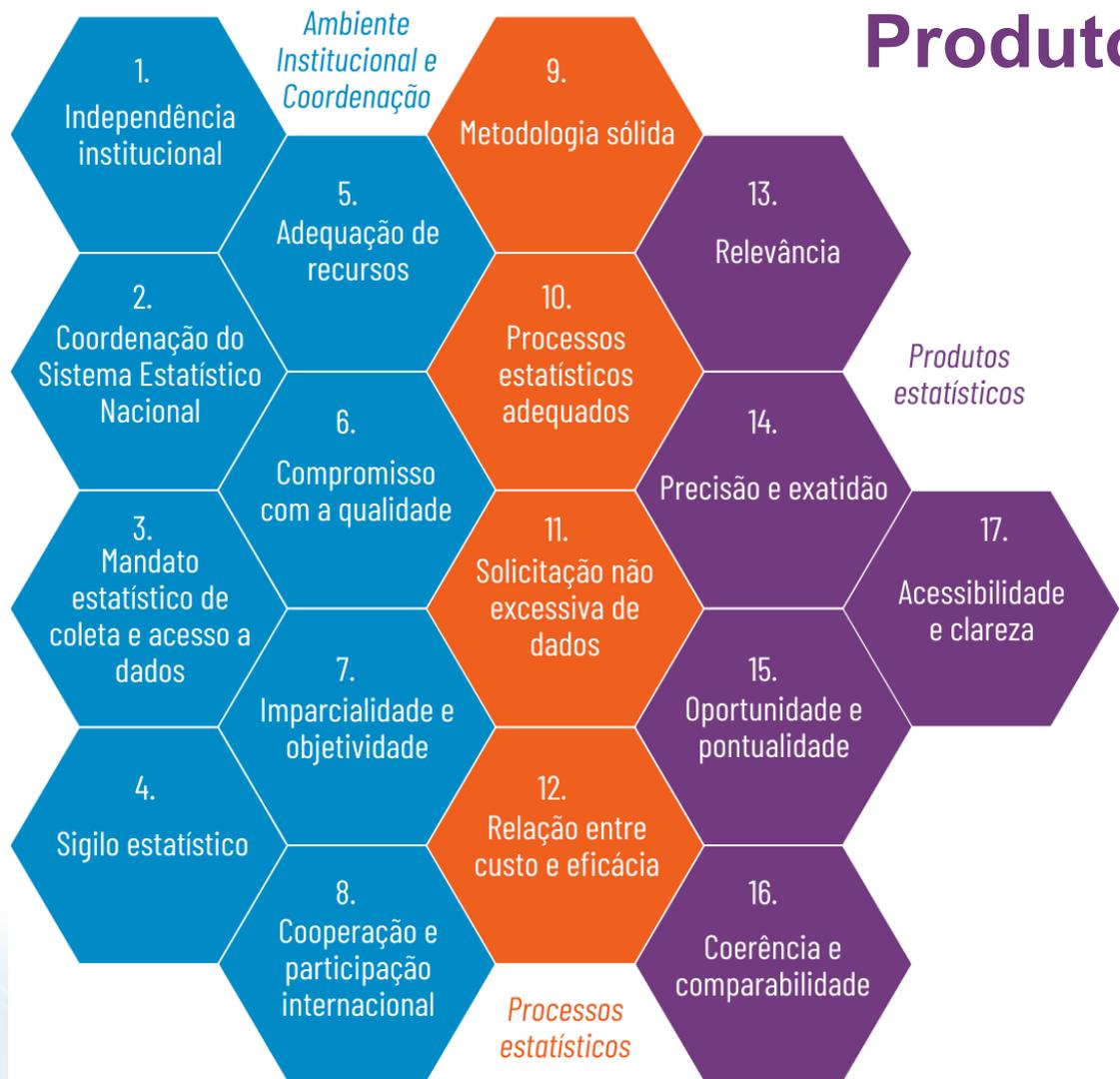
Processos estatísticos





Qualidade institucional de processos e produtos

Produtos estatísticos





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

O desafio da melhoria da qualidade das estatísticas públicas do Brasil(*)



**VAGNER
ARDEO**

Vice-diretor do Instituto
Brasileiro de Economia -
IBRE da Fundação Getúlio
Vargas - FGV

- Possui graduação em Engenharia Aeronáutica pelo ITA (1983), e mestrado em Economia Matemática pelo IMPA (1990). Iniciou sua carreira no IPEA em 1984.
- Foi membro da equipe do governo brasileiro que em 1992 renegociou a dívida externa do país (Plano Brady). No período 1993-6, ocupou a subsecretaria municipal de fazenda da cidade do Rio de Janeiro.
- Exerceu cargos executivos em empresas privadas, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a Companhia Vale do Rio Doce (VALE). Em 2002-3 foi secretário-executivo da ANATEL.
- Desde Junho de 2004 é vice-diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE).

(*) opinião do autor, e não do FGV IBRE





Conferência Nacional
dos Agentes Produtores
e Usuários de Dados

**SOBERANIA NACIONAL EM GEOCIÊNCIAS,
ESTATÍSTICAS E DADOS**

Riscos e oportunidades do Brasil na Era Digital

Qualidade institucional de processos e produtos

Convidado



CARLOS TORRES FREIRE

**Diretor do Centro de Ciência
de Dados para Estatísticas
Públicas, da Fundação
Seade - Sistema Estadual de
Análise de Dados.**

- **Diretor do Centro de Ciência de Dados para Estatísticas Públicas, da Fundação Seade, agência de estatísticas do Estado SP, onde foi Diretor de Produção e Análise de Dados (2019-2024).**
- **Tem 20 anos de experiência em pesquisa e coordenação de projetos em Políticas Públicas e Tecnologia, em governos e instituições como o Cebrap, onde foi Diretor Científico (2015-2019).**
- **É Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade de SP (USP).**





Adicione aqui o tema da apresentação em até três linhas.

Questões norteadoras para o debate

1. Quais seriam as vantagens e desvantagens da criação de uma Autoridade de Estatísticas e Geoinformações (Conselho Regulador): para exercer a função de guardião dos dados e informações de interesse nacional e de estabelecer o controle da normatização na produção de informações nacionais.
 - O Estado brasileiro carece de uma figura reguladora da produção de informações oficiais?
 - Caberia ao IBGE uma atuação como curador técnico?
 - Quais outros órgãos públicos comporiam o Conselho?
2. Seria viável utilizar os Princípios e o Código de Boas Práticas pelas instituições e organizações que compõem o SINGED?
 - Em sua totalidade? Se não, quais seriam as dificuldades?
3. Considera necessária atualização da Legislação vigente para adequar à realidade atual de produção de estatísticas e conferir determinadas garantias a órgãos e instituições além do IBGE?





Adicione aqui o tema da apresentação em até três linhas.

Questões norteadoras para o debate

3. A aplicação de princípios e códigos poderia ser afetada por restrições orçamentárias e naturezas diversas?

Por exemplo: A realidade dos demais participantes do SINGED é diferente do IBGE que é uma Instituição focada em produção estatística. Enquanto nos demais integrantes do SINGED, a produção de estatística é apenas uma divisão em uma organização com uma missão e atuação distintas. Pode levar a restrições de recursos tanto financeiros como humanos e técnicos para a aplicação do Código em sua totalidade.

4. Poderia o IBGE assumir o papel central como órgão avaliador e certificador da qualidade das estatísticas produzidas pelos demais integrantes do SINGED? E como se daria essa certificação?

Considerar proposta em níveis de certificação. Uma certificação mínima, com aderência a determinadas boas práticas. Uma certificação intermediária, e uma certificação alta.



Obrigad@!

Para mais informações acesse o QRcode.

